

## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO-SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES nº 38.2016**

**REFERÊNCIA:** Tomada de Preços nº 1/2016

**RECORRENTE:** TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS

### **RECORRIDAS:**

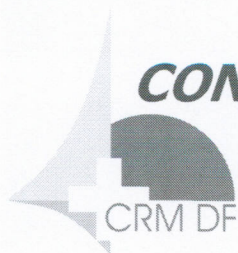
- 1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA;
- 2 - DAL BOSCO ADVOGADOS;
- 3 - FERREIRA E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 4 - GARCIA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 5 - GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 6 - NAPOELEÃO E TAJRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 7 - ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS;
- 8 - OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS;
- 9 - PIUCO, PIZZOLOTO, CEZIMBRA E SEQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 10 - ROCHA CARNEIRO ALBUQUERQUE E MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL – CRM/DF.

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS** – CNPJ n.º 48.109.110/0001-12, em face da decisão exarada pela Comissão Permanente de Licitações do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – CRM/DF, que habilitou as empresas recorridas acima relacionadas.

### **1 - DA ADMISSIBILIDADE**





## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

Quanto à admissibilidade do Recurso interposto pela Recorrente, observa-se que atende o requisito da tempestividade, pois foi interposto dentro do prazo exigido no subitem 12.3 do Edital, como também da legitimidade, uma vez que a peça recursal foi assinada por representante legal devidamente habilitado.

As sociedades de advogados abaixo relacionadas que doravante serão denominadas "Recorridas", apresentaram contrarrazões, tempestivamente.

- 1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA;**
- 2 - DAL BOSCO ADVOGADOS;**
- 3 - FERREIRA E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS;**
- 4 - GARCIA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;**
- 5 - ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS;**
- 6 - OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS;**
- 7 - PIUCO, PIZZOLATO, CEZIMBRA E SEQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;**
- 8 - ROCHA CARNEIRO ALBUQUERQUE E MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**

E as sociedades abaixo não apresentaram contrarrazões:

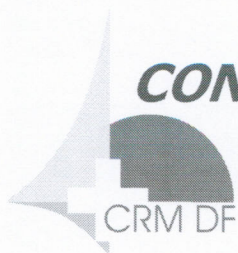
- 9 - GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS;**
- 10 - NAPOELEÃO E TAJRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;**

### **2 – RAZÕES DO RECURSO**

A empresa TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS insurge-se contra decisão tomada pela Comissão de Licitação, no que se refere à habilitação das empresas ora recorridas, na Tomada de Preços n.º 1/2016, sob os fundamentos a seguir expostos.

Primeiramente, requer a inabilitação das empresas abaixo relacionadas, sob a alegação de que não foram apresentados todos os **DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL** com a devida quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública. Assim, requer a inabilitação das licitantes em razão do descumprimento do item 6.1.2, "d" do Edital de Tomada de Preços n. 1/2016 do CRM/DF e dos artigos 27 e 29, III da Lei n. 8.666/1993, conforme quadro a seguir:





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

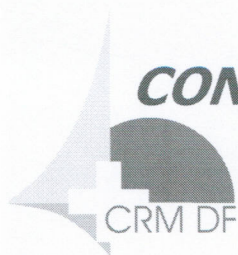
LICITANTE	INFRAÇÃO NO EDITAL	PREVISAO LEGAL DE CERTIDÃO
<b>ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA</b>	Deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos NÃO inscritos na Dívida Ativa do DIistrito Federal	DECRETO DISTRITAL N. 23.873/03
<b>FERREIRA MENDES ADVOGADOS</b>	Deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos NÃO inscritos na Dívida Ativa do Estado do Mato Grosso	PORTARIA N.º 24/05-SEFAZ/MT
<b>GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS</b>	Deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos Imobiliário do Município de Goiânia/GO	ART. 89 DO DECRETO MUNICIPAL N. 1.786/15
<b>OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS</b>	Deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos Mobiliário do Município de Salvador/BA	ART. 6º DO DECRETO MUNICIPAL N. 23.752/13

Já em relação às empresas abaixo relacionadas requer a inabilitação por contrariedade ao item 6.1.1 "d" da licitação em referência. Alega que as licitantes se limitaram a apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE SUA PROPOSTA FOI ELABORADA DE FORMA INDEPENDENTE** nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2/9, e se furtaram de declarar expressamente todos os itens elencados na referida norma.

- 1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA;
- 2 - DAL BOSCO ADVOGADOS;
- 3 - FERREIRA E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 4 - GARCIA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;

4  
up 2





## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

- 5 - GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 6 - NAPOELEÃO E TAJRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 7 - ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS;
- 8 - OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS;
- 9 - PIUCO, PIZZOLOTO, CEZIMBRA E SEQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 10 - ROCHA CARNEIRO ALBUQUERQUE E MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

### **3 – DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS**

#### **1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA**

Segue abaixo transcrição dos argumentos apresentados pela recorrida:

#### ***DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO DA SOCIEDADE TOZZINI, FREIRE***

*Na impugnação apresentada, a sociedade Tozzini, Freire se insurge quanto a habilitação da sociedade ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA alegando descumprimento ao item 6.1.2, "d" e do item 6.1.1, "d" do Edital de Tomada de Preços n.º 1/2016.*

*Sem razão.*

*O item 6.1.2 é de clareza solar ao informar o tipo de certidão exigida, in verbis:*

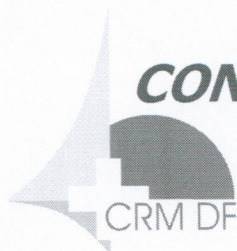
*d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou Municipal, ou junto à Fazenda do Governo do Distrito Federal, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, inclusive quanto à Dívida Ativa, expedida pelos órgãos fazendários;*

*Atenta ao prescrito no referido item, a ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA apresentou, à fl. 238, certidão expedida pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, que atesta a inexistência de débito junto àquela Secretaria.*

*Da consulta aos documentos que compõem o processo, percebe-se que foi feita consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores –*

*Handwritten signature and initials in blue ink.*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

*SICAF em nome da sociedade ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA, onde ficou patentemente comprovada a sua regularidade fiscal perante a Fazenda do Distrito Federal. Como é sabido, o SICAF é um sistema automatizado de informações através do qual os fornecedores se cadastram com a finalidade de fornecer materiais ou prestar serviços para os órgãos a Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações.*

*O item 6.6 do Edital pontuou que, in verbis:*

*6.6 As licitantes cadastradas no SICAF poderão apresentar Certificado de Registro no SICAF, desde que esteja válido, **em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, a regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação econômico-financeira.** (grifos acrescidos)*

*Nesse passo, uma vez apresentada a certidão do SICAF às fls. 238, suprida e atendida a exigência prevista no item 6.1.2, letra "b", restando absolutamente descabida a impugnação apresentada.*

*No que toca ao alegado descumprimento ao item 6.1.1, letra "c" do Edital, novamente percebe-se a incoerência dos argumentos apresentados.*

*O Edital, em momento algum, apresenta um modelo para a declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, limitando-se a fazer referência à norma que deu origem à exigência de tal declaração.*

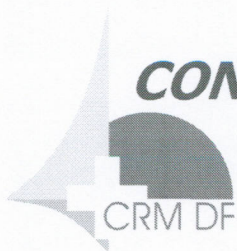
*Conforme art. 41 da Lei n.º 8.666/93 "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". No ponto, inexistindo orientação expressa para que fosse adotado modelo de declaração, descabida a exigência pretendida pela nobre banca de advogados.*

*Alías, ainda que o modelo indicado na Instrução Normativa n. 2 fosse obrigatório, havendo simples declaração do licitante, seria permitido à Comissão intimar o escritório para adequar o modelo utilizado, notadamente por não se tratar de apresentação de novo documento, nos termos do art. 43 da Lei n.º 8.666/93.*

*Por todo o esclarecido, roga-se sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos do escritório Tozzinni, Freire*

### 2 - DAL BOSCO ADVOGADOS;





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Segue abaixo transcrição dos argumentos apresentados pela recorrida:

### **1— DA TEMPESTIVIDADE**

A sociedade **DAL BOSCO ADVOGADOS**, fora intimada para impugnar o recurso, ora guerreado, mediante a publicação em órgão oficial datada de 1210712017 (quarta-feira). Obedecendo as regras processuais comuns, art. 110 da Lei 8.666/193, tem-se que o prazo iniciou-se em 1310712017 (quinta-feira), com o término em 1910712017 (quarta-feira). Assim, tempestiva as presentes contrarrazões ao recurso apresentado.

### **II— DOS FATOS E FUNDAMENTOS**

A sociedade Recorrente **TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS** interpôs o presente recurso administrativo, alegando que a sociedade Recorrida deixou de atender ao item 6.1.1. "d" do edital, por não ter transcrito as cláusulas previstas no modelo trazido pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, de 1610912009, postulando, desta forma, pela revisão da decisão que reconheceu a habilitação da Recorrida.

Ora, não houve por parte desta sociedade o alegado descumprimento, uma vez que a declaração apresentada pela Recorrida às fls. 339,340 satisfaz plenamente o referido item do edital, consoante será demonstrado.

Inicialmente, é preciso esclarecer que o recurso administrativo é um ônus processual dos licitantes, ou seja, é dever de cada licitante, manifestar-se **MOTIVADAMENTE** nas suas razões recursais.

O edital é claro ao exigir que a declaração seja feita nos termos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2 de 16 de setembro de 2009, não mencionando em nenhum momento que deveria ser feita contendo *ipsis literis* os itens que constam no Anexo 1 da IN, até mesmo porque, uma vez declarando que a proposta fora elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2 de 16 de setembro de 2009, como constou na declaração acostada, é intrínseco que se está declarando todo o conteúdo da IN, portanto, perfeitamente atendido o requerido na letra d do item 6.1.1 do edital.

Ademais, o Edital não contemplava nenhum modelo para a referida declaração, nem mesmo exigia que a declaração fosse apresentada como cópia fiel da sugestão contida no anexo 1 da Instrução Normativa nº 02109. Com isso, não há nenhuma vinculação da licitante a qualquer modelo ou formação específica, tomando válido o conteúdo apresentado pela Recorrida.

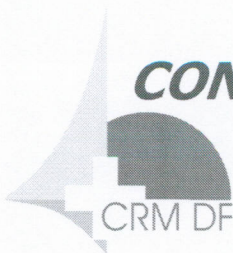
Caso a r. Comissão quisesse exigir que as declarações fossem feitas constando os termos do anexo 1 da referida Instrução Normativa, como quer fazer parecer a Recorrente, deveria ter previsto expressamente no edital, pois não se pode interpretar discricionariamente um edital de licitação, sob pena de ferir a lisura da concorrência.

Da mesma forma TAXATIVA e EXPRESSA que fez quando exigiu as demais exigências editalícias, deveria ter feito constar da letra "d" do item 6.1.1: "Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009, nos exatos termos de seu Anexo 1"; ou, ainda, ter anexado ao Edital um modelo de declaração onde constassem os termos do Anexo 1 da referida IN.

Dessa forma, como não o fez, a declaração acostada pela Recorrida às fls. 334 é documento que cumpre a exigência do item 6.1.1, "d", do certame. Não é demais

4  
af 2





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

lembrar que a vinculação ao instrumento convocatório das licitações é uma manifestação do princípio da igualdade.

Sendo assim, uma vez tendo a Recorrida entregue toda sua documentação para a Comissão de Credenciamento atendendo integralmente o edital, o presente recurso merece indeferimento no que diz respeito à Sociedade Dai Bosco Advogados, por não ser verdadeira a alegação de descumprimento ao item 6.1.1, "d".

Além disso, também se deve observar que a Declaração de Elaboração Independente da Proposta, não consta no rol de documentos apontados pelos artigos 27 a 31 da Lei de Licitações.

A propósito, destaca-se que a Lei 8.666/193, de forma taxativa, estabelece os requisitos gerais de habilitação e, ainda, os específicos à regularidade jurídica dos licitantes:

**Art. 27.** Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, **exclusivamente**, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal e trabalhista;

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

A simples leitura dos artigos já evidencia traços de discrepância entre o recurso interposto pelo Recorrente em face do Regulamento Legal do tema. Em primeiro lugar, porque criou exigência maior que o estabelecido pela Lei de Licitações, situação que representa excesso, na exata medida em a própria Lei define que as exigências serão aquelas "**exclusivamente**" nela descritas.

Essa restrição "**exclusivamente**", é recorrente na Lei nº 8.666/193. Os artigos 28 e 29 rezaem que cada uma dessas habilitações apenas "consistirá" nos documentos ali elencados.

**Art. 28.** A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, **consistirá em:**

- cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

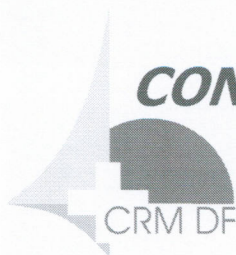
IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, **consistirá em:**

4  
H L





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

- prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Da mesma forma e ainda mais explícito, os artigos 30 e 31 insistem que cada elemento "**limitar-se-á**" apenas os róis que taxativamente são enumerados.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a:**

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

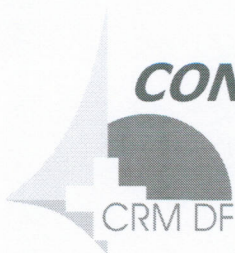
I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Handwritten signature and initials in blue ink.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

b)(Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso 1 do § 1 2 deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 11. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

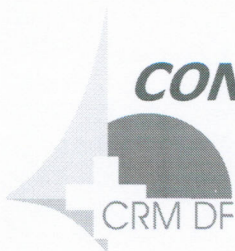
§ 12. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

**Art. 31.** A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

h  
p L





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

*II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;*

*III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.*

*§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.*

*§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.*

*§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.*

*§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*§ 6º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).*

*No sentido da Lei de Licitações, é o entendimento do TCU:*

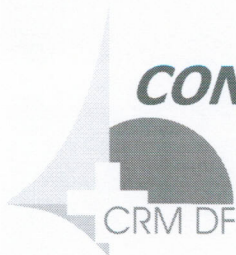
### **Exclusivamente**

**Significa que nada mais poderá ser exigido além da documentação mencionada nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993, a não ser que a exigência se refira a leis especiais.**

*(TCU. Licitações & Contratos: Orientações Básicas. 3a Ed. Brasília: TCU, 2006. P. 117)*

*Enfim, o Edital da Licitação sempre deve obediência às regras descritas na Lei 8.666/93, sob pena de configurar exigência ilegal e excessiva, restrição da competitividade e ofensa aos princípios licitatórios.*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

A simples comparação entre as exigências do item 6.11, "d". do Edital, frente ao artigo 27 da Lei de Licitações, denota que a Comissão de Licitação passou a exigir documento/declaração que não se enquadra em nenhum dos documentos enumerados no artigo supra referido, portanto, criou exigência nova, consistente exatamente na Declaração de Elaboração Independente da Proposta.

A interpretação do Edital não pode ser realizada de forma a contrariar determinação legal expressa.

O acolhimento do recurso interposto pela Recorrente, apenas porque o mesmo interpreta de forma abstrata o edital de licitação, significaria tratar de forma desigual candidatos na mesma situação.

A Lei de Licitações reza que:

*"Art. 3 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da Impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos"*

Neste sentido verifica-se que o julgamento das propostas e documentação deverá seguir **estritamente** ao contido no Edital de Convocação, conforme preconiza o artigo 41 da Lei Federal 8666/193.

Artigo 41: **"A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada."**

No dizer preciso do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, na obra LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO, Malheiros Editores, 12º ed. 1999, pág. 31:

**"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato."**

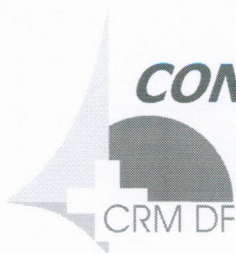
**Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu."**  
**"(grifos nosso)"**

Nas palavras da EX PROCURADORA do Estado de São Paulo e Professora Titular de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo, Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, na obra DIREITO ADMINISTRATIVO, Editora Atlas, 14 1 ed., 2002, págs. 306/307, que leciona:

**"PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO"**

Handwritten signature in blue ink, appearing to be "M L".





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 30 da Lei n.º 8.666/193, ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I). Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito à condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital".

Por fim, vale mencionar que sobre o tema o STJ decidiu que:

"...o edital, elemento fundamental do procedimento licitatório, é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres das partes. **SE O RECORRENTE, CIENTE DAS NORMAS EDITALÍCIAS, NÃO APRESENTOU EM ÉPOCA OPORTUNA QUALQUER IMPUGNAÇÃO, AO DEIXAR DE ATENDÊ-LAS, INCORREU NO RISCO E NA POSSIBILIDADE DE SUA DESCLASSIFICAÇÃO, COMO DE FATO ACONTECEU.** Recurso desprovido" (STJ. 2ª Turma. RMS nº 1 0847/MA. Registro nº 199910038424-5. DJ 18 fev. 2002. p. 00279).

Logo, se o Recorrente estivesse em desacordo com as cláusulas do instrumento convocatório deveria ter impugnado no tempo oportuno. Porém, o Recorrente não impugnou o edital, conforme o item 12.1, 12.2 e seguintes do edital, no que tange ao item 6.1.1 "d", oportunamente, silenciando quanto as cláusulas editalícias, aceitando, portanto, todas as condições estabelecidas no mesmo.

A Lei de Licitações no seu art. 41, §20 dispõe:

"Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso".

24





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Com base na explicação acima, a Administração não se equivocou na decisão de habilitação da sociedade Recorrida, ou seja, a declaração de elaboração de proposta de forma independente da Sociedade e demais documentos apresentados na fase de habilitação atenderam **INTEGRALMENTE** às exigências do ato convocatório, em especial ao item 6.1.1 "d", bem como à Instrução Normativa SLTI/MPOG n o 2 de 16 de setembro de 2009.

Portanto, o presente recurso deve ser indeferido e a habilitação da Recorrida deverá ser mantida, sob pena de ferir a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como afronta aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são inerentes.

Art. 32 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo

e dos que lhes são correlatos

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos § 59 a 12 deste artigo e no art. 32 da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 30 da Lei nº8.248, de 23 de outubro de 1991.

Destarte, a Recorrida atendeu integralmente a todas as cláusulas do Edital de Tomada de Preços nº 01/2016, razão pela qual o recurso deve ser julgado improcedente, pois não se pode aceitar que a parte Recorrente interprete abstratamente o edital de licitação.

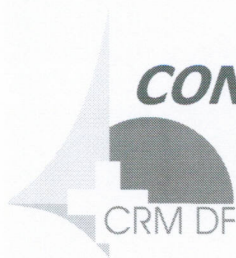
III - DOS PEDIDOS:

Isto posto, requer a Vossa Senhoria:

a) o recebimento das presentes contrarrazões ao Recurso Administrativo e, ao final, seja o recurso administrativo interposto pela sociedade **TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS DESPROVIDO** com relação à **sociedade Recorrida DAL BOSCO ADVOGADOS**, em razão da ausência de infração à exigência de item do edital, por se tratar de mera interpretação abstrata do ato

mp L y





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

convocatório pela Recorrente e, por fim, em razão da devida apresentação de toda a documentação requerida, em especial a Declaração de Elaboração de Proposta de Forma Independente, por atenderem **INTEGRALMENTE** à todas as exigências do ato convocatório, em especial ao item 6.1.1 "d", bem como à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2 de 16 de setembro de 2009, por ser medida da mais pura e lúdima Justiça.

b) Caso a Comissão altere a sua decisão de habilitação da Recorrida, o recurso seja remetido à autoridade superior para apreciação da matéria.  
Termos em que pede deferimento.

### 3 - FERREIRA E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS;

#### **"DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS**

O recorrente alega que o Recorrido não apresentou certidão de regularidade fiscal com o Estado de Mato Grosso, sendo este o ponto a ser combatido nesta peça recursal. Precipuamente, é importante registrar que o Recorrente faz várias divagações jurídicas para tentar fazer uma interpretação subjetiva dos termos do edital. A tentativa de uma interpretação subjetiva atenta contra o princípio público da interpretação objetiva dos preceitos do edital.

O fato é que o Recorrente está criando uma exigência que não está expressa no edital. No entanto, a Recorrida trabalhou diligentemente na apresentação de documentos para assegurar que não seria vítima interpretação subjetiva dos termos do edital.

É fato inquestionável, pela análise dos documentos, que a Recorrida apresentou uma **Certidão Negativa emitida pela Procuradoria Geral de Mato Grosso** bem como apresentou certidões negativas emitidas pela Secretaria Fazendária de Mato Grosso. Existe juntado aos autos uma **Certidão Negativa emitida pela SEFAZ/MT específica para participação de Licitação**.

As próprias certidões apresentadas aos autos certificam que a Recorrida nade deve ao Estado de Mato Grosso, seja em dívida devidamente inscrita ou débitos passíveis de inscrição em dívida ativa.

A própria SEFAZ/MT emitiu certidão negativa específica para licitação atestando a regularidade fiscal para que a Recorrida pudesse participar de procedimentos licitatórios.

#### **DOS PEDIDOS**

Por todo exposto requer que o Recurso seja julgado improcedente."

### 4 – GARCIA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;

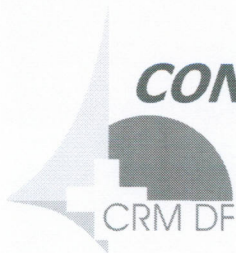
#### **"Em primeiro lugar, registra-se que a Recorrida não ostenta qualquer uma das condições impeditivas lançadas no edital de convocação.**

Nessa marcha de batida, há de se dizer que a Administração Pública está diretamente vinculada a Lei.

O ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Representa um limite para a atuação do Estado.

Handwritten signature in blue ink, appearing to be "L" followed by a stylized flourish.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

*O princípio da Legalidade encontra-se expressamente disposto no Arts. 5º e 37º da Constituição Federal, in verbis:*

*"Art 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(..)*

*II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;*

*(..)*

*Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte."*

*Veja, o art. 50, JJ, CF, institui o Princípio da Legalidade disposto sob a ótica individual, determinando que o Poder Público, para determinar o que se poderá e o que não se poderá fazer, deve elaborar leis, o que garante a sociedade uma maior segurança jurídica.*

*Não obstante, o Art. 37 da Carta Magna, situa o Princípio da Legalidade sob a ótica da Administração Pública, ao estabelecer que administrador público só poderá agir dentro daquilo que é previsto e autorizado por lei.*

*Logo, o Princípio da legalidade aparece como um limite para a Administração Pública, visto que esta só poderá atuar com base na lei.*

*Segundo o princípio da legalidade, o administrador não pode fazer o que bem entender na busca do interesse público, ou seja, tem que agir segundo a lei, só podendo fazer aquilo que a lei expressamente autoriza e no silêncio da lei esta proibido de agir.*

*E em segundo lugar, a Administração Pública bem como os licitantes estão intrinsecamente vinculados ao edital de convocação, isso em consonância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.*

*Este princípio pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93, a saber:*

*"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada".*

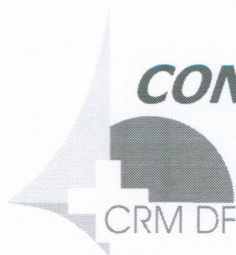
*Neste diapasão, o edital torna-se lei entre as partes (Órgão contratante e licitantes). Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes - sabedoras do inteiro teor do certame.*

**A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas e ao julgamento.**

*Destarte, é incontroverso que a Administração Pública está intimamente vinculada a lei, do mesmo modo, o edital de licitação se faz lei entre o Órgão Licitante e as empresas participantes dos certames licitatórios. Portanto, **a análise da proposta de preços e da documentação de habilitação deve seguir categoricamente as diretrizes estampadas no edital convocatório.***

*Handwritten signature and initials.*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Já em terceiro lugar cumpre trazer a baila a exigência, sob análise, contida no edital, verbis:

**6. 1.1 - DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

d) Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

**6.1.2 - DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou Municipal, ou junto à Fazenda do Governo do Distrito Federal, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, inclusive quanto à Dívida Ativa, expedida pelos órgãos fazendários;

E nestes termos, é bem verdade afirmar que a Recorrida cumpriu categoricamente todas as regras do instrumento convocatório, inclusive adunou em sua documentação habilitatória / proposta a Declaração de elaboração independente da proposta (item 6.1.1, "d") e a prova de

regularidade com a Fazenda do Governo do Distrito Federal (item 6.1.2, "d").

Logo, não há que se falar em descumprimento das regras editalícias razão pela qual, conclui-se que o recurso interposto pela Recorrente é completamente descabido.

Com efeito, em homenagem ao princípio da ampla competitividade a Administração Pública, quando da licitação, não deve adotar providências ou, mesmo, criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter de competição, de igualdade da licitação.

O procedimento administrativo, como sabido, almeja a seleção da proposta mais vantajosa, tanto no sentido qualitativo como quantitativo, e, por conseguinte, possibilitar a disputa e o confronto equilibrado entre os participantes.

Assim, se num procedimento licitatório falta a competição entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, e é exatamente isso que se denota da intenção da Recorrente, já que pretende inabilitar, ilegalmente, todas as concorrentes do certame para não haja a justa concorrência.

Neste diapasão, considerando a perfeita sintonia entre documentação habilitatória apresentada pela Recorrida com as diretrizes do instrumento convocatório, entende-se a manutenção da sua habilitação e a medida que se impõe ao presente caso, já que a decisão da Letrada comissão está pautada na mais estrita observância a legalidade do procedimento licitatório.

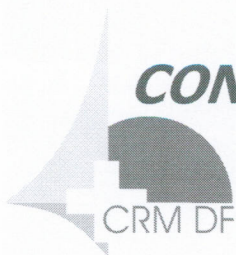
Portanto, deve o recurso interposto pela Recorrente ser julgado insubsistente, é o que fica requerido desde logo.

### III DOS PEDIDOS

Diante ao exposto, tendo em vista que a Recorrida atendeu a todos os requisitos exigidos no instrumento convocatório, requer à d. Comissão de Licitação que seja reconhecida e declarada a total improcedência do recurso ora impugnado e a manutenção integral da decisão que habilitou **GARCIA & OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS** no vertente processo licitatório."

## 5 - ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

### "DO EXCESSO DE FORMALISMO E DA INABILITAÇÃO DE TODOS OS ESCRITÓRIOS

1. Primeiramente cabe destacar que o escritório IMPUGNANTE quer simplesmente inabilitar todas as concorrentes. A impressão que se passou presente recurso é que somente a IMPUGNANTE merece vencer e permanecer no certame. A impugnação apresentada atenta contra todos os escritórios concorrente. Para isto, o impugnante se vale de todos os argumentos e artimanhas de impugnação. Centraremos nosso recurso apenas no quesito que fomos impugnados, qual seja, ao ITEM 6.1.1 "d" do edital, o qual colocamos abaixo:

d) Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 16 de setembro de 2009.

2. Veja que o Edital requer que os escritórios declarem que realizaram a proposta de forma independente. Não se quer com isso o excesso de formalismo exigido pelo IMPUGNANTE. Isto é tão óbvio que a Instrução Normativa n.º 02 de 16 de setembro de 2009 expressamente estabelece a obrigatoriedade da apresentação de declaração, e ao final da Instrução Normativa consta assim: **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**. O modelo sugerido não vincula a repetição obrigatória do conteúdo do modelo. Apenas se dá uma sugestão de modelo. Assim sendo, sendo mais formalista que o Rei, e querendo, de fato, ganhar o edital com excessivo amor aos formalismos, quer o IMPUGNANTE afastar os concorrentes que não apresentaram a declaração *ipsis literis* aos termos propostos pela declaração.

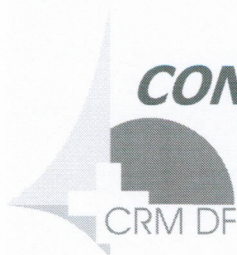
3. E mais, o escritório ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS fez constar da declaração o nome da empresa, o CNPJ, a sede, o CEP, o email do escritório, a OAB/RS da sócia representante, sua qualificação completa, bem como fez referência expressa ao disposto no artigo 299 do Código Penal, norma hierarquicamente superior ao exposto na Instrução Normativa, que dispõe expressamente:

**Art. 299** – Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

4. Ou seja, não somente cumprimos o exigido pela Instrução Normativa como também mencionamos expressamente o artigo do Código Penal, que expressamente determina: "(...) nele inserir ou fazer inserir **declaração falsa** ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de **prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante**." Ou seja, a **DECLARAÇÃO** foi apresentada e se fez constar expressamente da declaração o seguinte texto: "nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPO n.º 2, de 16 de setembro de 2009 (**doc. anexado**). Ou seja, expressamente ficou assentado que estamos cientes de tudo na apresentação da proposta independente. Que sabemos que a proposta foi elaborada de maneira independente.

5. O art. 1º da Instrução Normativa torna **obrigatória** a apresentação da proposta Elaborada de Forma independente. Não torna, entretanto, obrigatória a repetição do **MODELO DE DECLARAÇÃO SUGERIDO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA**. Isto é de um formalismo que beira a irrazoabilidade a desproporcionalidade. O que se pretende, com isso, é realmente vencer a concorrência pelo excesso de formalismo. O que a





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

licitação e o que o certame objetiva de acordo com o exigido pela referida Instrução Normativa é verificar, atestar, declarar que o concorrente não foi compelido, obrigado a apresentar proposta em favorecimento de outro escritório. O que se objetiva COM REFERIDA INSTRUÇÃO NORMATIVA é evitar que a proposta APRESENTADA, seja, de fato, independente.

6. O que o IMPUGNANTE pode fazer, já que pretende inabilitar os concorrentes (e ficar sozinho no certame), é tentar averiguar se alguém do certame apresentou sua proposta de forma viciada. Apontar qual escritório NÃO apresentou proposta de forma independente. Qual escritório foi de fato, compelido apresentar proposta fraudulenta. Isso sim seria objeto de IMPUGNAÇÃO. Assim, o formalismo pretendido, que todos os escritórios apresentem propostas nos mesmos termos do modelo da Instrução Normativa, fere a Lei, a Constituição e a própria Instrução Normativa veiculada, uma vez que a exigência que consta do art. 1º da Instrução Normativa n.º 02, é que os escritórios apresentem Declaração de Elaboração Independente de Proposta. Tal exigência, entretanto, não deve ser a de que os escritórios repitam *ipsis litteris* o MODELO sugerido pela Instrução Normativa.

7. Em face do exposto, requer-se que o recurso intentado em desfavor da ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS, no quesito 6.1.1. letra "d" seja DENEGADO declarando-se a sociedade advocacia ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS habilitada ao certame."

### 6 - OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS;

#### **"1.DA TEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZOES**

Inicialmente, cumpre ressaltar a tempestividade da presente, vez que foi indicado, por email, em 12/07/2017, a interposição de Recursos, e abertura do prazo para apresentação de Contrarrazões, a partir daquela data.

Assim, considerando que o prazo para apresentação das Contrarrazões ao Recurso Administrativo é de 05 (cinco) dias úteis, o termo a quo inicial deflagrou-se em 12/07/2017 (quarta-feira), findando-se em 18/07/2017 (terça-feira), pelo que é tempestiva a presente manifestação.

#### **2. DA PRECLUSÃO E INTEMPESTIVIDADE NA "RETIFICAÇÃO" APRESENTADA PELA LICITANTE TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS**

Com efeito, a decisão da Comissão de Licitação que indicou a relação das Sociedades habilitadas foi divulgada as Licitantes, através de email, datado de 03 de julho de 2017.

Desse modo, para interposição de Recurso Administrativo, deveria ser observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, que termo teve início em 04 de julho de 2017 (terça-feira), e término em 10/07/2017 (segunda-feira).

Dessa feita, a Licitante Recorrente, Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, apresentou o seu Recurso às 18:01h do dia 10/07/2017, indicando, quanto a Licitante Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados, a ausência de apresentação de certidão de Débitos Mobiliários do Município de Salvador/BA, o que, frise-se, foi atendido pela Recorrida, conforme observa-se às fis. 1176 da documentação disponibilizada.

*[Handwritten signature]*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Ocorre que, em 12/07/2017, após o prazo para apresentação de Recurso, a Licitante Recorrente apresentou manifestação, indicando a existência de "erro material" no Recurso, vez que o intuito era ter indicado que a Licitante Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados teria deixado de apresentar a Certidão Negativa de Débitos **Imobiliários**.

Ora, resta clara a preclusão das alegações do Recorrente, vez que, após a apresentação do Recurso, que, frise-se, genericamente indicou as supostas irregularidades das Licitantes, que foram individualizadas, apenas, por quadro indicativo, a Recorrente já teria utilizado o seu direito de Recurso, sendo indevida, portanto, quaisquer complementações no Recurso, quicã com a indicação da existência de erro material.

Ora, não atentou-se a Recorrente para preclusão consumativa que fulminou a sua faculdade processual, uma vez que deveria ter suscitado as supostas irregularidades no Recurso já apresentando, ou, ao menos, dentro do prazo recursal, escoado em 10/07/2017, a fim de evitar o perecimento do seu direito, por intermédio da preclusão consumativa.

A respeito da preclusão consumativa que fulminou o exercício do direito da Sociedade Recorrida, destaque-se lição de Marçal Justen Filho, in Curso de Direito Administrativo:

**"A preclusão reflete a concepção de que o processo tem de evoluir em direção a uma decisão, de modo que o exercício efetivo ou possível de poderes no âmbito do processo gera seu potencial exaurimento. Por isso não é possível que o processo se detenha em certo estágio. A vontade da parte é insuficiente para impedir seu prosseguimento.**

(...)

A preclusão significa a vedação ao reinício da etapa do procedimento já exaurida. **Cada etapa procedimental tem uma destinação e a preclusão é o instituto jurídico que assegura que a etapa já encerrada não seja reiniciada.**" (8ª edição, p. 335) (destacamos).

Isto posto, não merece conhecimento e processamento o Recurso/Retificação da Licitante Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, visto que indicou a existência de irregularidade, frise-se, inexistente, na documentação da Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados, após já ter utilizado-se da sua faculdade processual para eventuais alegações, assim como transcorrido o prazo concedido para tal mister.

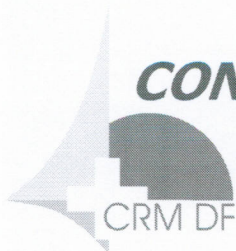
### 3. DOS FATOS E DO DIREITO

Com efeito, deve ser improvido o Recurso Administrativo interposto pela licitante Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, considerando a fragilidade das matérias fáticas e jurídicas ali expostas.

Destarte, após a intempestiva indicação de erro material no Recurso Administrativo apresentado, a Licitante Recorrente cuidou de indicar, em suma, que a Sociedade Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados teria deixado de comprovar a quitação de todos os tributos devidos a Fazenda Pública Municipal, pela ausência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Imobiliários do Município de Salvador/BA.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Ocorre que, conforme se observa na documentação apresentada pela Sociedade Recorrida, foram preenchidos todos os requisitos editalícios, especialmente a regularidade fiscal e trabalhista, prevista no item 6.1.2 do Edital, que, no que diz respeito a Regularidade Municipal, dispôs do seguinte modo:

### 61.2 - DOCUMENTOS RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou Municipal, ou junto a Fazenda do Governo do Distrito Federal, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, inclusive quanto à Dívida Ativa, expedida pelos órgãos fazendários;

Ora, diferentemente do alegado pela Recorrente, **sequer há expressa exigência do Edital para apresentação da certidão negativa de débitos imobiliários!**

Destarte, a Recorrente suscita **prova negativa, não prevista no edital, desconsiderando, inclusive**, que na sistemática do site do Órgão de Fiscalização soteropolitano, só é possível a emissão de certidão negativa imobiliária quando o contribuinte tem propriedade imobiliária cadastrada na base de dados da Prefeitura, o que seria impossível comprovar, vez que a Licitante Recorrida, Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados, não tem em seu nome imóvel na capital baiana. Observe-se que, conforme cartão do CNPJ anexado ao presente certame, a Sociedade OLIVEIRA E GUIMARAES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS, ora Recorrente, possui sede no seguinte endereço: Avenida Professor Magalhaes Neto, nº 1550, Edf. Premier Tower, Sala 309 e 310, Pituba, Salvador, Bahia.

Ocorre que os mencionados imóveis não são de propriedade da Sociedade de Advocacia, mas sim do sócio PEDRO JOSÉ SOUZA DE OLIVEIRA JUNIOR, conforme certidão negativa de débitos - em anexo, OBTIDA NO SITE DA SECRETARIA DA FAZENDA DE SALVADOR, datada de 17/07/2017.

Ou seja, não restam dúvidas que a **SOCIEDADE ORA RECORRENTE NAO POSSUI BENS IMOVEIS EM SEU NOME.**

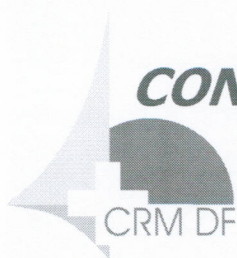
Neste aspecto, **trata-se de documento impossível de ser apresentado, através de consulta no banco de dados da Secretaria de Finanças de Salvador (BA)**, pois para se obter a "CERTIDAO DE TRIBUTOS IMOBILIARIOS", repita-se, faz-se necessário que a pessoa (física ou jurídica) possua imóvel em seu nome, o que não é o caso da Recorrida, pelo que o Recurso apresentado pela Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, se conhecido, o que não se espera, deve ser totalmente improvido. Ademais, o Edital não exige expressamente comprovação pela Sociedade Licitante de patrimônio imobiliário em seu nome, e sim, apresentação de certidão indicando a regularidade para a Fazenda Municipal, o que foi atendido pela Licitante Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados, que juntou tempestivamente, CERTIDAO NEGATIVA, emitida pela Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Salvador(BA).

Destaca-se, ainda, que a certidão negativa de Débito de IPTU não guarda qualquer relação com o Edital, muito menos com o objeto social do Licitante, pois a atividade da Sociedade de Advocacia é de **prestação de serviços**, e não de comércio de bens imóveis ou afins.

Da mesma sorte, **a Sociedade de Advogados não é contribuinte de IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano**, portanto, não há como possuir débitos

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

*relativos ao mencionado imposto, o que ratifica a fragilidade das Razões Recursais apresentada pela Licitante Recorrente.*

*Assim, do exposto, constata-se que inexistiu irregularidade na apresentação da proposta da licitante Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados, pela ineficácia do preceito invocado, estando em consonância com a Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, devendo ser julgado improvido o pedido formulado pela licitante Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados.*

#### **4. CONCLUSÃO**

*Desse modo, verifica-se a impossibilidade de conhecimento do Recurso apresentado pela Licitante Recorrente, em razão da preclusão e intempestividade na indicação da suposta ausência de apresentação da certidão de débitos imobiliários.*

*Caso o Recurso seja conhecido, o que não se espera, as alegações da Recorrente não merece provimento, visto que tenta induzir essa Ilustre Comissão ao erro, ao indicar a necessidade de apresentação de documentação não exigida no Edital, inexistindo, portanto, irregularidade na decisão de classificação exarada.*

*Assim, do exposto, considerando que apresentação da Proposta da Licitante Oliveira e Guimarães Advogados e Consultores Associados, está em consonância com a Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, e com o Edital da Tomada de Preços no 01/2016, requer seja julgado improvido o pedido formulado pela Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados.*

*Termos em que,*

*Pede e aguarda deferimento."*

### **7 - PIUCO, PIZZOLOTO, CEZIMBRA E SEQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS;**

#### **I - DA FALTA DE RAZÃO DA IMPUGNAÇÃO**

*Respeitado o posicionamento do Impugnante, a tese por ele esposada não merece prosperar.*

*Isso porque a parte, ora Impugnada, apresentou no certame licitatório "Declaração de Elaboração Independente de Proposta", declarando que estava procedendo de acordo com os termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02/09.*

*O Impugnante defende a tese de que a sociedade, ora Impugnada, deveria ter transcrito as termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02/09.*

*Ora, tal impugnação não merece prosperar, pois, a sociedade impugnada apresentou a declaração preenchendo os requisitos contidos na Instrução Normativa acima referida, sendo desnecessária a transcrição *ipsis lite ris* da Instrução.*

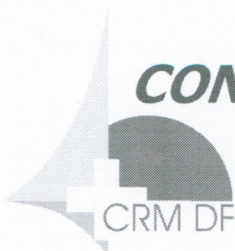
*Assim, o motivo da impugnação é insignificante não havendo razões para o acolhimento da mesma.*

***Ante os fundamentos expostos requer a parte impugnada o desprovimento da impugnação.***

### **8 - ROCHA CARNEIRO ALBUQUERQUE E MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Em uma rápida síntese, a Impugnante pretende desabilitar da primeira fase do certame (Habilitação) a Impugnada, e diversos outros escritórios de advocacia concorrentes, da presente Tomada de Preço (nº 001/2016) organizada por este Conselho Regional de Medicina, por, supostamente, não ter cumprido o Item 6.1.1, "d" do Edital da Licitação.

### **II - DO CUMPRIMENTO DA FINALIDADE DA DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ELABORADA DE FORMA INDEPENDENTE**

Como é previsto no Item 6.1.1, "d" do Edital da presente Tomada de Preço, todo licitante deve apresentar **"Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009"**.

Segundo a peculiar interpretação da Impugnante, toda Declaração apresentada pelos licitantes deste certame deveriam vir conforme o modelo de Declaração previsto no Anexo I da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009. Em razão de constar na referida Instrução, **conforme consta na impugnação combatida**, a seguinte frase: "obrigatória a apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante no Anexo I.

A bem da verdade, a Impugnante apresentou em suas razões apenas partes do referido artigo, faltando um considerável fragmento final da norma, o qual refutaria tão equivocada interpretação no caso em espécie.

O art. 10 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009 (pagina do DOU anexada) determina, in fine:

Art. 1º Tornar obrigatória a apresentação da Declaração de Elaboração independente de Proposta, constante no Anexo I desta Instrução Normativa, em procedimentos licitatórios, **no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.** (Grifo nosso)

Ora, se restringíssemos a uma pobre interpretação gramatical do artigo, a qual mais a frente comentaremos, a obrigatoriedade do modelo do Anexo I da Instrução Normativa se aplica apenas aos órgãos e entidades integrantes do SISG. O que na o seria o caso, pois é fato notório que o presente Conselho Regional de Medicina não integra o SISG - nos termos da norma que regula tal sistema, o Decreto Federal nº 1.094, de 23 de março de 1994 -, por não se tratar de uma Autarquia Federal.

De acordo com o Decreto Federal nº 1.094/1994, in fine:

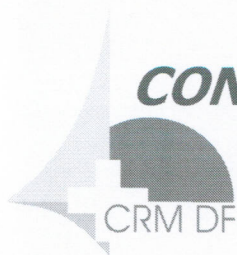
Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.

§ 1º Integram o SISG as Órgãos e unidades da **Administração Federal direta, autárquica e fundacional**, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo. (Grifo nosso)

Não restam dúvidas que a Impugnante abusou do direito de recorrer no caso em espécie. Trazer para o presente certame um formalismo exacerbado de uma norma não aplicável ao órgão realizador da licitação, apenas almejando desclassificar o maior número possível de licitantes por meios tortos, é demonstrativo de má-fé.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Ademais, a declaração de proposta elaborada de forma independente, possui um fim maior, o qual não se restringe a formalismos restritivos com a finalidade de excluir concorrentes.

A referida declaração busca preservar a probidade e a moralidade do processo de compras públicas, algo, que no atual momento histórico do Brasil, deve ser almejado por todo brasileiro.

O documento assinado pela ora Impugnada não segue o formalismo do anexo I da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, **aplicável apenas aos órgão e entidades integrantes do SISG**, mas alcança a finalidade de declarar que a licitante ofereceu uma proposta independente, sem nenhum conluio criminoso entre as concorrentes e, principalmente, preservando a finalidade da licitação, a concorrência para alcançar a proposta mais vantajosa para o Conselho Regional de Medicina do DF.

Isto, não se alcança com os formalismos de uma mera interpretação gramatical de uma instrução normativa que não possui força de lei.

Assim, por mais que a Impugnante faça todo um malabarismo jurídico para buscar desabilitar a ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, e diversos outros escritórios licitantes, por simplesmente não preencherem uma declaração conforme os seus critérios e interesses particulares, isto não deve prosperar perante esta nobre Comissão por ser desproporcional e ferir de morte o princípio da eficiência na administração pública (art. 37 da Constituição Federal).

O **princípio do formalismo moderado** deve ser aplicado ao caso para preservar todos os concorrentes que a combatida impugnação busca desabilitar.

As finalidades da presente tomada de preço nunca serão alcançadas se um grande número de licitantes forem desabilitados por erros formais decorrentes de uma legislação dúbia e que de nenhuma forma configuraria um vício insanável.

E antes de qualquer protesto da Impugnante, vale lembrar que o edital previu a inabilitação dos licitantes que não atenderem as exigências para a habilitação ao deixarem de apresentarem a documentação ou esta possuir vício insanável, consoante transcrição in verbis:

6.5 - Será INABILITADA a sociedade que não atender as exigências apresentadas neste ITEM 6 e seus subitens e/ou deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentar com vícios insanáveis.

Ora, apresentar uma declaração de proposta elaborada de forma independente que alcança o seu objetivo, sem vícios insanáveis, é seguir restritamente o previsto na licitação.

Desta feita, a nobre Comissão de Licitação não pode ir conforme a demanda da Impugnante, sob pena de estar agindo de forma não razoável e desproporcional, ao desabilitar diversas concorrentes por não preencherem um mero formalismo.

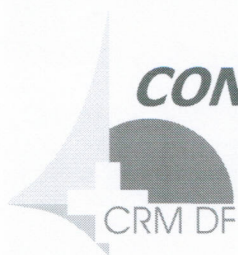
### **III - DO CADASTRO SICAF DA IMPUGNADA.**

Em respeito a eventualidade da nobre Comissão de Licitação não aceitar a fundamentação acima exposta, a ora Impugnada lembra que a **ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S possui cadastro ATUALIZADO E VALIDO no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, como consta nos certificados presentes nas fls. 1354/1355 do autos digitais.

Como é bem claro no item 6.6 do edital do presente certame público:

*Handwritten signature and initials in blue ink.*





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

6.6 - As licitantes cadastradas no SICAF poderão apresentar Certificado de Registro no SICAF, desde que esteja válido, em substituição aos documentos relativos a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação econômico-financeira.

Desta forma, todo escritório licitante possuía como direito nesta primeira fase licitatória a faculdade de tanto apresentar uma declaração de proposta - elaborada de forma independente ou a sua inscrição junto ao SICAF (Anexada), com a finalidade de demonstrar a sua habilitação jurídica.

Ou seja, esta recorrida lançou das duas formas disponibilizadas no Edital em comento para comprovar a sua habilitação jurídica. Dessa forma, ainda que se considere insanável a declaração apresentada, o simples Certificado de Registro no SICAF tempestivamente apresentado é suficiente para a sua habilitação, conforme expressamente dispõe o 6.6 do Edital Licitatório.

Destarte, como a Impugnada possui cadastro regular no SICAF, comprovou satisfatoriamente a sua habilitação jurídica. Corroborando, desta forma, pela habilitação da ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S no presente certame.

### **IV - CONCLUSÃO**

Infelizmente, a combatida impugnação nada mais é que uma chicana jurídica interposta para tumultuar um processo licitatório conduzido com primor, em nítida afronta a supremacia do interesse coletivo.

Nobres membros da Comissão de Licitação do CRM/DF, não existe nenhuma irregularidade na habilitação da Impugnada, como foi muito bem constado por V.Sa quando da apuração dos envelopes de habilitação, razão pela qual, com todo o devido respeito, a habilitação do escritório da ROCHA CARNEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S deve ser mantida.

Por oportuno, requer sempre o direito de resposta sobre possíveis futuras interposições recursais em face da ora Impugnada, sob pena de abater o princípio constitucional da ampla defesa.

Neste termos.

Pede deferimento.

## **4 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Em relação ao pedido de **INABILITAÇÃO** das sociedades de advogados: **1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA; 2 - FERREIRA MENDES ADVOGADOS; 3 - GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS; 4 - OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS**, sob a alegação de que não foram apresentados todos os **DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL** com descumprimento do item 6.1.2, "d" do Edital de Tomada de Preços n. 1/2016 do CRM/DF e dos artigos 27 e 29, III da Lei n. 8.666/1993, vejamos abaixo o que se segue.

Faremos a análise individual da questão de cada sociedade de advogado conforme a seguir:





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

**1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA** - A recorrente alega que recorrida deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos **NÃO** inscritos na Dívida Ativa do Distrito Federal e aponta o Decreto Distrital n.º 23.873/03 como fundamento legal.

Folheando os autos do Processo Administrativo n.º 38/2016 – Tomada de Preços n.º 1/2016 - verifica-se à folha 820, que a referida sociedade de advogados apensou ao processo comprovação de regularidade com a Fazenda Distrital por meio de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA, o que realmente não inclui possíveis débitos que por ventura ainda não foram inscritos em dívida. Além disso, a referida certidão possui uma observação no último parágrafo alertando que “**esta certidão não é válida para licitação**” o que acarretaria, em uma avaliação apressada, considerar a sociedade inapta para a habilitação no certame.

Entretanto, a recorrente colacionou, entre os documentos que comprovam a sua habilitação, declaração do SICAF, apensada à fl. 843 dos autos, que comprova a sua regularidade fiscal nas esferas estadual/distrital, e assim, não deixa dúvidas da comprovação de sua habilitação nos termos legais, já que a apresentação do SICAF em substituição à regularidade fiscal foi devidamente contemplada no instrumento convocatório após a sua republicação no ITEM 6.6.

Assim, as alegações do recorrente não encontram guarida, haja vista que os documentos apresentados pela referida sociedade estão em consonância com os ditames legais, conforme argumentos expostos.

**2 – FERREIRA MENDES ADVOGADOS** - A recorrente alega que recorrida Deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos **NÃO inscritos na Dívida Ativa** do Estado do Mato Grosso e aponta a Portaria n.º 24/05 - SEFAZ/MT como fundamento legal.

Folheando os autos verifica-se às folhas 1886, 1912 e 1913 do Processo Administrativo n.º 38/2016 – Tomada de Preços n.º 1/2016, que a recorrida fez constar em seus documentos de habilitação as seguintes certidões que comprovam a sua **regularidade fiscal com o Estado do Mato Grosso**:

- fl. 1886 – certidão negativa de dívida ativa
- fl. 1912 – certidão referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela SEFAZ/MT, **para fins de participação em licitações públicas**;
- fl. 913 – certidão negativa de débitos e outras irregularidades fiscais – referente ipva

A certidão apresentada pela recorrida pela SEFAZ/MT é clara ao declarar que o documento é específico **para fins em participação em licitações públicas**. Ressata-se que o documento foi emitido pela Secretaria de fazenda do **ESTADO** de Mato Grosso e abrange pendências tributárias e **NÃO TRIBUTÁRIAS**. Assim, tendo em vista que o documento foi apresentado dentro do prazo de

*Handwritten signature and initials in blue ink.*





## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

vigência e de acordo com normas legais, não há que se falar em desatendimento ao instrumento convocatório.

**3 – GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS** - A recorrente alega que recorrida deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos Imobiliário do Município de Goiânia/GO e aponta art. 89 DO DECRETO MUNICIPAL N. 1.786/15, como fundamento legal.

Folheando os autos verifica-se na folha 1769 do Processo Administrativo n.º 38/2016 – Tomada de Preços n.º 1/2016, que a recorrida incluiu nos documentos que comprovam a sua habilitação a declaração do SICAF. A regularidade fiscal referente aos débitos MUNICIPAIS, está devidamente atestada no referido documento, não demonstrando qualquer contrariedade às exigências do Edital.

Assim, não restam dúvidas da comprovação de sua habilitação nos termos legais, já que a apresentação do SICAF em substituição à regularidade fiscal foi devidamente contemplada no instrumento convocatório após a sua republicação no ITEM 6.6, não assistindo razão a sociedade recorrente.

### **4 – OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS –**

Inicialmente, a recorrente alega que recorrida deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos **MOBILIÁRIO** do Município de Salvador/BA e aponta art. 6º DO DECRETO MUNICIPAL N. 23.752/13, como fundamento legal. No dia 12/4/2017, após ultrapassado o prazo recursal, solicitou a retificação, alegando erro material, pedindo a correção da informação que a certidão que a recorrida deixou de apresentar foi em relação aos débitos **IMOBILIÁRIOS**.

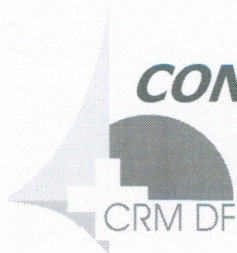
Em relação a tempestividade do pedido de correção do recurso, muito embora tratar-se de um pressuposto recursal, e a rigor, o prazo estaria precluso, nota-se que a retificação apresentada não tem o condão de trazer inovações recursais, e sim, de corrigir um erro material de digitação. Assim, esta Comissão decide por acatar o pedido do recorrente e irá analisar o recurso de acordo com o a correção enviada posteriormente.

No que diz respeito a não apresentação da Certidão Negativa de Débitos **IMOBILIÁRIOS**, folheando os autos verifica-se na folha 1243 do Processo Administrativo n.º 38/2016 – Tomada de Preços n.º 1/2016, que a recorrida apresentou certidão negativa da prefeitura municipal referente apenas aos débitos mobiliários.

Em contrarrazões a recorrida encaminhou documento emitido pela Secretaria Municipal de Salvador onde consta que imóvel onde esta localizado a sua sede não está no nome da sociedade de advogados, e alegou que, em razão de não ser proprietária de imóveis, não há como apresentar certidão comprovando a sua regularidade.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

Em novembro de 2009, o TJ de São Paulo julgou processo envolvendo caso semelhante a questão proposta, senão vejamos:

"Apelações Cíveis. Licitação. Pretensão da autora à anulação de ato que a inabilitou ao certame. Alegação de descumprimento dos termos do Edital. Ausência de prova de regularidade fiscal em relação ao ITBI. Exigência que não condiz com o objeto da licitação. Inteligência do artigo 37, inc. XXI, da CF/88. **Prova, no mais, de que se desincumbiu a autora, na medida em que demonstrou não ser proprietária de bens imóveis.** Rejeição do meio probatório que desborda da razoabilidade, infringindo o artigo 111, da Constituição do Estado de São Paulo. Ação julgada procedente na origem. Sentença mantida. Recurso das rés desprovidos" (Apelação Cível 323.531.5/7-00, 4ª Câmara de Direito Público, rel. Des. RUI STOCO, j. 9.11.2009). **(grifo nosso)**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em exame prévio de edital, na Tomada de Contas nº 00002598.989.13-5, considerou restritiva a exigência ampla de regularidade fiscal:

"[Voto]

2.7 Na boa companhia dos órgãos opinantes, **também considero procedente a insurgência acerca da imposição de regularidade fiscal estadual e municipal para com todos os tributos, inclusive os imobiliários. É entendimento sedimentado por este e. Tribunal que a regularidade fiscal deve guardar pertinência com o objeto em disputa.** De forma a ilustrar tal posicionamento ressalto decisão plenária proferida nos autos do TC-2791/003/11 em sessão de 14-12-2011, relator e. Substituto de Conselheiro Samy Wurman: 'Com relação à prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, nos termos do item '21.3.1.5', sua redação genérica torna verdadeira a premissa de que estão nela englobados os tributos mobiliários e os imobiliários. **Contudo, a natureza dos tributos imobiliários da Fazenda Municipal da sede da empresa licitante não os torna requisito essencial de idoneidade para a prestação dos serviços que constituem o presente objeto.** Tal imposição, aliás, coloca-se em confronto com a pacífica jurisprudência desta Corte, a exemplo das decisões exaradas nos processos TC-032300/026/08, TC-000746/009/10, TC-000653/009/10, TC-015356/026/10 e TC-032676/026/10, que consolidaram o posicionamento de que os parâmetros eleitos pela Administração, como prova da regularidade fiscal, **devem guardar pertinência e adequação com as atividades desenvolvidas no segmento ligado ao objeto que se pretende contratar,** nos termos da Lei de Regência. E é do próprio sistema do artigo 29, da Lei Geral de Licitações, que se extrai tal comando, pois, ao ser considerado que a prova de inscrição no cadastro de contribuintes será pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, é por esta mesma extensão que se dará a prova de regularidade. (Destacamos.)

No mesmo sentido são as lições de Joel de Menezes Niebuhr:





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

"Sem embargo, o inciso III do mesmo artigo requer a prova da regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal. Dessa feita, o legislador utilizou a conjunção aditiva 'e'. Logo, em interpretação estritamente literal, a conclusão é que o licitante deve apresentar certidões de regularidade fiscal expedida pelos três entes federativos. No entanto, **deve prevalecer a interpretação sistemática e teleológica sobre a estritamente literal.** Ocorre que a exigência de cadastro está intimamente ligada à regularidade. Com efeito, se o licitante não é cadastrado em dado ente federativo é porque ele não é contribuinte dele. Se ele não é contribuinte, não se deve exigir dele a respectiva certidão de regularidade fiscal.

Soma-se a isso que o art. 193 do Código Tributário Nacional estatui o seguinte:

'Art. 193. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.'

Nota-se que a parte final do supracitado artigo prescreve que **a prova de quitação dos tributos é relativa à atividade em cujo exercício o contribuinte contrata ou concorre.** Desse modo, as certidões de regularidade, também com supedâneo no Código Tributário Nacional, devem ser pertinentes ao objeto da licitação. Assim sendo, em exercício de interpretação sistêmica, os licitantes devem comprovar regularidade apenas em relação às 'Fazendas' que arrecadam os **tributos pertinentes às atividades correspondentes ao objeto da licitação** e a tributação que ele atrai."16 (Destacamos.)

Seguindo essa linha de raciocínio, não caberia à Administração exigir a apresentação irrestrita de regularidade fiscal, mas sim a comprovação de que os licitantes estão regulares perante a Fazenda que arrecada os tributos incidentes sobre as atividades pertinentes ao objeto da licitação e a tributação correspondente.

Consequentemente, se o objeto da licitação não envolve a disponibilização em favor da Administração dos imóveis pertencentes ao particular, não seria adequado exigir a comprovação da regularidade referente a débitos de tributos imobiliários.

A fim de comprovar a informação de que só empresas com imóveis poderiam obter a referida certidão, este CRM/DF fez uma diligência no sítio da Prefeitura de Salvador e tentou obter o referido documento no link: <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/Certidoes/CtdNegaDbtImob?Length=9>. O requisito de busca para obtenção do documento é a inserção do número da inscrição do imóvel, demonstrando com isso, que, realmente, só podem ser obtidas certidões de pessoas jurídicas que possuam imóveis.

Diante dos fundamentos expostos, a manutenção da habilitação da recorrida é medida que se impõe.





## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

Em relação ao pedido de **INABILITAÇÃO** das sociedades de advogados: **1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA; 2 - DAL BOSCO ADVOGADOS; 3 - FERREIRA E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS; 4 - GARCIA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS; 5 - GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS; 6 - NAPOELEÃO E TAJRA ADVOGADOS ASSOCIADOS; 7 - ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS; 8 - OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS; 9 - PIUCO, PIZZOLATO, CEZIMBRA E SEQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS; 10 - ROCHA CARNEIRO ALBUQUERQUE E MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**, sob a alegação de contrariedade com o item 6.1.1 "d" do Edital em referência, pois as licitantes se limitaram a apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE SUA PROPOSTA FOI ELABORADA DE FORMA INDEPENDENTE** prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2/9, e se furtaram de declarar expressamente todos os itens elencados na referida norma, segue abaixo a análise da CPL, faremos a análise a seguir:

Inicialmente é importante ressaltar que o Edital não contemplou modelo para a referida declaração, nem mesmo exigiu que a declaração fosse apresentada como cópia fiel da sugestão contida na Instrução Normativa – IN - MPOG n.º 02/09. Com isso, não há que se falar em ofensa ao princípio vinculação ao instrumento convocatório.

A declaração emitida pelas empresas recorridas, apesar de não terem sido elaboradas "*ipsis literis*" conforme "modelo" contido na IN, o seu conteúdo tem a devida menção ao citado normativo, tornando-as suficientes para os fins pretendidos pela Administração-contratante. Assim, a declaração elaborada contendo a informação de atendimento à IN, em outras palavras, afirma que a proposta foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante.

O recurso apresentado pela recorrente traduz um apego excessivo e não traz qualquer benefício ao certame, muito pelo contrário, afastar empresas porque deixaram de apresentar declaração de elaboração independente de proposta da forma "sugerida" pela IN n.º 02/09, é considerado um desrespeito aos princípios norteadores de regem as licitações públicas, especialmente ao formalismo moderado.

Não há dúvidas de que a recorrente propõe um julgamento rigoroso que não coaduna com o propósito das normas que regem as licitações públicas, sem fundamentos consistentes que possam interferir na decisão tomada pela CPL deste Órgão. Tal entendimento também é corroborado pela corte de contas, senão sejamos

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.  
(Acórdão 2302/2012-Plenário)

Nota-se que a aplicação do princípio do formalismo moderado no presente caso, não significa desrespeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, até mesmo porque a exigência da forma que a recorrente expôs em seu recurso não está prevista no Edital. E mesmo se o instrumento convocatório tivesse previsto um modelo a ser seguido e houvesse o seu descumprimento, o TCU tem precedente de que o princípio da legalidade não é absoluto, conforme trecho de acórdão a seguir: *"Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)"*

Assim, são frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas quando visto que o ato atingiu o interesse público, como no caso em apreço, vejamos orientação do TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Ressalta-se que a empresa recorrente entrou com recurso contra 10 (dez) sociedades de advogados, e após o resultado do julgamento da habilitação, 14 (quatorze) sociedades de advogados foram consideradas habilitadas pela CLP para próxima. Assim, caso fosse acatado o recurso da recorrente, praticamente não haveria concorrência, indo de encontro com um dos principais objetivos das licitações públicas: a disputa entre os interessados pela busca da proposta mais vantajosa.

Diante dos fundamentos expostos, esta CPL decide MANTER A HABILITAÇÃO das empresas recorridas e julgar o recurso IMPROCENTE tendo em vista que afronta o princípio da razoabilidade e do formalismo moderado, não acarretado prejuízo à Administração.

### 5 – DA DECISÃO

Considerando o exposto, e também o posicionamento da Assessoria Jurídica do CRM/DF – Despacho nº 010/2017-2017, a Comissão decide:

*[Handwritten signatures and initials]*

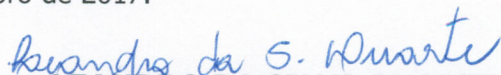




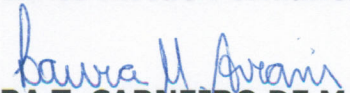
## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

- a) Conhecer o Recurso interposto pela Licitante **TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS**, para no mérito **NEGAR-LHE TOTAL PROVIMENTO**, em relação ao recurso apresentado contra a habilitação de todas as empresas recorridas, mantendo a decisão exarada na decisão de julgamento de HABILITAÇÃO, que considerou as Recorridas habilitadas para o Certame;
- b) Encaminhar os autos, com as informações pertinentes à autoridade superior na pessoa do Senhor Presidente, para que seja obtido o seu "De Acordo", ou querendo, formular opinião própria.

Brasília/DF, 16 de outubro de 2017.

  
**LEANDRO DA SILVA DUARTE**

**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

  
**LAURA T. CARNEIRO DE M. AVIANI**  
**Comissão Permanente de Licitação**

  
**MÔNICA CARVALHO CUNHA DA SILVA**  
**Comissão Permanente de Licitação**





## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**

### **RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**TOMADA DE PREÇOS N.º: 1/2016**

**RECORRENTE:** TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS

**RECORRIDAS:** 1 - ADVOCACIA COELHO E OLIVEIRA; 2 - DAL BOSCO ADVOGADOS; 3 - FERREIRA E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS; 4 - GARCIA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS; 5 - GUALBERTO E BASTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS; 6 - NAPOELEÃO E TAJRA ADVOGADOS ASSOCIADOS; 7 - ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS; 8 - OLIVEIRA E GUIMARÃES ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS; 9 - PIUCO, PIZZOLOTO, CEZIMBRA E SEQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS; 10 - ROCHA CARNEIRO ALBUQUERQUE E MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

**ASSUNTO:** Recurso Administrativo contra ato da Comissão Permanente de Licitação que habilitou a sociedade de advogados Advocacia Coelho e Oliveira

### **ATO DE JULGAMENTO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL – CRM/DF

Com base nas informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitações do CRM/DF, posicionamento jurídico deste CRM/DF, e em consonância com o art. 109 § 4º da Lei n.º 8.666/93, RATIFICO a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações do CRM/DF e nego provimento ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS**, permanecendo inalterada a decisão de habilitação das empresas **RECORRIDAS**.

Brasília/DF, 16 de outubro de 2017.

  
**JAIRO MARTÍNEZ ZAPATA**  
Presidente do CRM/DF